

A INFLUÊNCIA DO MODELO HIGIENISTA FRANCÊS NO PLANEJAMENTO URBANO DE BELO HORIZONTE NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

THE INFLUENCE OF MODEL FRENCH HIGIENIST IN THE PLANNING URBAN THE BELO HORIZONTE IN THE FINAL START XIX CENTURY AND THE TWENTIETH CENTURY

Euclides Dayvid Alves Brandão¹; Izabella Taranto Luiz²; Antônio Carlos da Silva Souza³

1 Graduando em Geografia e Análise Ambiental. UniBH, 2015. dayvidgeografia@outlook.com.

2 Graduada em Geografia e Análise Ambiental. UniBH, 2015. izabellataranto@hotmail.com.

3 Mestre em Geografia. PucMinas, 2008. Professor do CEFET-MG. Belo Horizonte, MG. antoniogeo@yahoo.com.br.

Recebido em: 04/10/2017 - Aprovado em: 07/06/2018 - Disponibilizado em: 15/06/2018

RESUMO: Este trabalho pretende compreender os problemas gerados pelo Planejamento Urbano baseado no modelo francês higienista quando da construção da capital mineira Belo Horizonte para atender as demandas da sua população. Estabelecendo um paralelo entre o levantamento bibliográfico de planejamento urbano e os mapas do antigo Arraial Del Rei e da Belo Horizonte da década de 1940, demonstrando a exclusão da população à infraestrutura da nova capital.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Urbano. Belo Horizonte. Urbanismo. Modelo Francês Higienista.

ABSTRACT: This work intends to understand the problems generated by the Urban Planning based on the hygienist French model during the construction the capital Belo Horizonte to meet the demands of its population. Drawing parallels between the literature of urban planning and the maps the ancient Arraial Del Rei and Belo Horizonte in the 1940s, demonstrating the exclusion of the population the new the capital infrastructure.

KEYWORDS: Planning Urban. Belo Horizonte. Urbanism. Model French Higienist.

1 INTRODUÇÃO

Os espaços urbanos de uma cidade capitalista como Belo Horizonte se desenham através do uso do solo, que acaba definindo onde serão localizados centros comerciais, igrejas, áreas de habitações e ócio. Sendo assim, o capitalismo se configura no espaço através dos fluxos de pessoas, mercadorias e de capital, através de movimentações financeiras e montagens de estruturas industriais; por isto pode-se dizer que o

espaço além de fragmentado também é articulado, pois esses espaços/fragmentos se interrelacionam.

Tais relações entre o fragmento usado e o articulado são responsáveis pelos processos sociais que criam porções de segregação e acumulação de renda, onde desde a gênese histórica das cidades impera a luta de classes sociais. Portanto, pode-se também dizer que os espaços geográficos são frutos de ações passadas, que se mantêm e são sobrepostos por novas camadas temporais, mantendo assim a dinâmica de construção

do espaço geográfico de uma cidade em constante movimento.

O planejamento urbano vem através das diretrizes de uso e ocupação do solo, orientar o crescimento ordenado e a função de determinada área do espaço urbano. Algumas técnicas como as plantas de parcelamento do solo e o zoneamento urbano são utilizadas para tal finalidade. Contudo, dada a dinamicidade da construção do espaço urbano, alguns fenômenos como a favelização fogem à capacidade de controle e muitas vezes do interesse do Estado. Dessa forma, o que se previa em termos de ocupação para uma área pode se apresentar no espaço de outra forma, trazendo desafios para o Estado na criação de políticas que atendam este novo espaço, logo, sua população.

Este estudo analisou o planejamento urbano inicial da construção de Belo Horizonte que se baseou no modelo francês higienista, identificando os problemas de atuação do mesmo em atender as demandas da sua população. Entre os objetivos específicos, foi traçado um paralelo entre o modelo higienista de planejamento urbano utilizado e a cidade inauguração a capital mineira Belo Horizonte, formada pela força de trabalho oriunda da sua construção, identificando possíveis falhas neste planejamento que contribuíram para as desigualdades reveladas no acesso à infraestrutura urbana desta população.

Atualmente vários setores da sociedade vêm discutindo “o direito à cidade” que está relacionado a diversos fatores como transporte, habitação, dentre outros; tais fatores estabelecem relações de interdependência entre si. Para discutir e analisar fenômenos espaciais causados por tais fatores, a geografia se faz necessária, já que ela estuda com expertise o espaço geográfico em toda sua complexidade. Esses estudos são de suma importância para orientar políticas públicas que atendam às demandas que surgem todo tempo no

espaço, possibilitando o acesso da população mais pobre a uma cidade com maior igualdade.

A questão norteadora deste trabalho: As inadequações levantadas neste estudo referentes ao planejamento urbano inicial de Belo Horizonte podem ser atribuídas à proposta de planejamento baseada no modelo francês higienista?

Baseando-se na hipótese do modelo de planejamento urbano inicial de Belo Horizonte ser obsoleto, pode-se conjecturar que isto se deve ao modelo ser inspirado num planejamento cuja origem buscava atender às necessidades de outra região, com suas peculiaridades relacionadas aos aspectos físicos e sociais, que são diferentes da realidade de Belo Horizonte.

Cabe ressaltar que as contradições presentes no Planejamento urbano da cidade serão, portanto, discutidas a partir dos indícios presentes nas plantas e mapas enquanto fontes fundamentais. Este trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas se constitui em ponto de partida para análises mais aprofundadas sobre o tema.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração do trabalho foi realizado o levantamento bibliográfico sobre os modelos de planejamentos urbanos existentes, o planejamento urbano no Brasil e mais especificamente o planejamento urbano para o município de Belo Horizonte no período da sua construção e inauguração.

Para a visualização das diferenças da cidade de Belo Horizonte inicialmente planejada e para a cidade existente em seu começo foram realizados levantamentos comparativos de mapas do município em diferentes períodos, principalmente no período relativo à construção e inauguração da capital até as décadas de 1940. As plantas e mapas utilizados foram

obtidos a partir de visitas realizadas ao Museu Histórico Abílio Barreto, em que foram consultadas as plantas cadastrais do Arraial de Belo Horizonte e a planta da nova capital, a planta dos terrenos demarcados para a fundação da nova cidade e o primeiro mapa do município de Belo Horizonte, de 1922.

Foi estabelecido um paralelo entre os autores citados e os mapas utilizados no intuito de demonstrar a maneira como o planejamento urbano baseado no modelo higienista francês para Belo Horizonte foi segregador em relação à sua população.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ORIGEM E MODELOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Não existe uma data específica que remeta ao surgimento do planejamento urbano das cidades, mas o que se entende é que houve um processo gradual, no qual elementos e variáveis foram sendo inseridos. O planejamento em áreas urbanas foi sendo construído, segundo Saboya (2008), em virtude das demandas não resolvidas e dos problemas causados pelo urbanismo à deriva que acontecia nas primeiras cidades, pois as cidades são frutos de seus contextos históricos, ou seja, a produção de seu espaço seguia a dinâmica de seus fluxos comerciais, das localizações de recursos naturais ou espaços geográficos onde se desenvolveram as máquinas industriais.

Essa foi a primeira mudança de olhar sobre o processo urbano, passando-se a enxergar como algo dinâmico; a segunda foi a mudança da ênfase, ao invés de objetivar um modelo ideal de cidade, passou-se a concentrar as forças em resolver problemas reais e concretos, buscando se ter maior controle sobre os mecanismos de produção do espaço urbano. Outro momento importante foi a agregação de profissionais

de outras áreas como sociólogos, historiadores, geógrafos, economistas, entre outros, fazendo com que o papel de preponderância deixasse de ser somente do arquiteto, mas agora inserindo um conjunto de profissionais com olhares distintos buscando um único objetivo: O planejamento do processo de crescimento urbano. Nessa nova concepção, Saboya (2008) entende que o planejamento urbano seria o processo de escolher um conjunto de ações consideradas as mais adequadas para conduzir o momento atual na direção dos propósitos desejados.

Ainda segundo Saboya (2008), essa mudança se consolidou com a quebra do paradigma de que o urbanista deveria “projetar” a cidade, visando agora não somente um projeto para a cidade do futuro, mas também uma série contínua de controles sobre o processo de produção espacial de uma determinada área e simulando esta produção para que os controles possam ser aplicados. De maneira geral, o enfoque sistêmico foi fortemente influenciado pelo livro *General System Theory* de Bertalanffy (1968), no qual focaliza a estrutura sistêmica, e não a função do sistema em si, e é aplicada em diversas áreas do conhecimento, este enfoque visa lidar com a tomada de decisões para controlar e otimizar sistemas sociais e tecnológicos, e neste contexto surge o “Planejamento Urbano Sistêmico”, sendo suas bases teóricas lançadas por Brian McLoughlin, em seu livro *Urban & regional planning: a systems approach* (MCLOUGHLIN, 1969), o qual entendia que a cidade era um sistema composto por atividades sociais e espaço geográfico, complexamente conectados por fluxos e redes, e que somente intervir não seria suficiente, mas era preciso entendê-la como dinâmica e sistêmica, para que houvesse um melhor planejamento.

De acordo com Cruz (2011), Milton Santos descreve em seu livro *Economia Espacial: Críticas e Alternativas* que o planejamento no mundo passou por

três processos, no primeiro substituiu a colonização, no segundo dedicou-se ao desenvolvimento dos monopólios transnacionais, e por último ilusoriamente propicia a superação da pobreza, mas apenas para gerar um novo tipo, a pobreza planejada.

Segundo Monte-Mór (2006), as primeiras práticas urbanísticas se iniciaram ao final do século XIX na Europa, e suas influências alcançaram as colônias e ex-colônias ao redor do mundo. Tais práticas se iniciaram como consequência das crises das metrópoles industriais, devido ao surgimento da burguesia que trouxe às mesmas uma grande expansão e também inchaço demográfico simultâneos. O caso de Barcelona na Espanha é um grande exemplo, quando o engenheiro urbanista Ildefons Cerdà, ao pensar a cidade previu e projetou com antemão a extensão da cidade para além das muralhas existentes, que acabaram sendo demolidas em 1854 devido ao seu crescimento. O *Eixample*, nome dado ao projeto ousado baseado na infraestrutura sanitária, sistema viário, e no desenho de quarteirões integrados ao espaço urbano em forma de praças internas. Cerdà, cerca de treze anos depois, em sua “Teoria Geral da Urbanização” solidificou os marcos da engenharia urbana, obra essa que auxiliou por décadas as melhorias e práticas nas grandes cidades do mundo no início do século XX.

Ainda conforme Monte-Mór (2006), o caso que teve maior influência nas cidades ocidentais e suas colônias foi o do Barão Georges-Eugène Haussmann, na cidade de Paris, que entre 1853 e 1869, projetou e implantou o que seria o primeiro plano regulador para uma metrópole moderna. Haussmann, que foi nomeado prefeito de Paris por Napoleão III, para suas intervenções se apoiou por um lado nos trabalhos da Escola Politécnica, muito usados a partir da Revolução de 1848, e também no poder político e entusiasmo de Napoleão III. Durante sua remodelação de Paris demoliu e construiu casas, gerou infraestrutura, criou parques e avenidas e dividiu Paris

em vinte *arrondissements* (divisões administrativas), que existem até hoje.

O planejamento urbano estabelecido em Paris por Haussmann ficou conhecido como modelo higienista francês que tinha como características as intervenções no espaço urbano sob uma ótica sanitária e estética. As intervenções eram relacionadas ao saneamento, esgotamento, remoção da população pobre da área central, implantação de avenidas e obras de grande impacto estético e intuito modernizador.

Analisando hoje, o plano Haussmann demonstrou a forte intervenção do Estado na parte central de uma metrópole industrial em profunda transformação, muitas vezes sendo criticado por seu autoritarismo e destruição de partes históricas e tradicionais da cidade. Esse processo, apesar de seu aspecto majestoso, rompeu com a arquitetura grandiosa da cidade e suas tradições urbanísticas barrocas anteriores, pois tinha um viés mais higienista das cidades modernas, reforma e demolição de áreas degradadas com condições sanitárias precárias e também a preocupação com a expansão dos limites da cidade.

Houve naquela mesma época propostas com objetivos distintos que privilegiavam aspectos racionais das ações individuais ligadas ao progresso (planejamento progressista), que recusavam qualquer herança artística do passado, para se render às leis geométricas, eliminando as possibilidades de variantes ou adaptações em um mesmo modelo, como as de Le Corbusier ou voltadas para o resgate do sentido de comunidade e de cultura das cidades, como as ideias de cidades-jardim de Ebenezer Howard (culturalista), que entendia que o campo e a cidade eram imãs que atraíam as pessoas para si, sendo assim idealizou uma cidade que conteria o melhor dos dois ambientes e a natureza sempre faria parte da cidade, Saboya (2008).

Há também o “naturalismo” norte-americano de Frank Lloyd Wright, vindo da tradição jeffersoniana, Wright acreditava que a habitação ou construção deveria servir às necessidades do indivíduo e do país, como se fosse uma entidade viva; a construção deveria ser a expressão da personalidade de quem vive ali, pensava a arquitetura como uma extensão do lugar espacial, sem interrupções como um sistema único, a integralização do espaço geográfico com a ação antrópica, analogicamente, como um galho crescendo em uma árvore; ou o “organicismo” do biólogo escocês Patrick Geddes, que considerava análoga as transformações sociais e espaciais da cidade com as relações orgânicas e o meio ambiente. Sendo assim, o trabalho do urbanista seria como o dos médicos, ele teria que diagnosticar os problemas da cidade e tratá-los focalizando as soluções nas funções urbanas, ficando conhecido por introduzir o levantamento urbano e regional dentro do planejamento das cidades, Villela (2007).

Esses foram alguns dos modelos pioneiros de planejamento urbano das cidades, sendo suas gêneses influenciadas por diversos fatores, desde o meio antrópico até o meio natural, mas que serviram de base para o planejamento das grandes cidades modernas contemporâneas, como Paris, Chicago, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, e em momentos históricos distintos sendo influenciadas por mais de um modelo.

3.2 PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

Para Villaça (1999) o Brasil apresenta três períodos de planejamento urbano, o primeiro ocorre entre 1875 a 1930, o segundo de 1930 a 1992, e o terceiro de 1992 aos dias atuais.

O primeiro período segundo Faria e Schvarsberg (2011), até a década de 1930, o Brasil foi fortemente influenciado pelo Urbanismo Higienista pautado nos

Planos de Melhoramentos e Embelezamento das cidades; este modelo de inspiração francesa utilizou a experiência das intervenções feitas em Paris com o intuito de modernizar as cidades brasileiras.

A expansão dos planos de melhoramento e embelezamento das cidades brasileiras segundo Pires (2010) foi característica marcante da primeira fase conhecida como *Belle Époque* no período de 1875 a 1906, cujas intervenções eram pautadas no urbanismo sanitário com mudanças estéticas e higiênico-sanitárias.

Ainda de acordo com os autores, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX houve a internacionalização da cultura urbanística através de uma grande produção acadêmica, que tipificou o modelo de Paris no planejamento brasileiro com intervenções de curto prazo e de alcance limitado que não modificaram a estrutura das cidades, somente “produziram cenários modernizadores”. Um exemplo muito estudado pelos historiadores da influência do ideário urbanístico francês nas capitais do Brasil na primeira república foi o do Rio de Janeiro, feito pelo prefeito Pereira Passos.

A associação do planejamento urbano com os profissionais sanitários marcou o período da primeira república. De acordo com Pires (2010), a influência europeia do urbanismo sanitário foi intensa no ideário das elites dominantes no Brasil profissionais como os médicos, engenheiros e arquitetos, e foram os grandes responsáveis em conceber e realizar a maioria das intervenções urbanísticas no início do século XX inspirados neste ideário.

Um autor retrata:

“... médicos como Oswaldo Cruz, arquitetos como Atilio Correia Lima, responsável por projetar o plano piloto de Goiânia, em 1933, e de engenheiros sanitários, como Joaquim Eugênio de Lima, que elaborou o projeto da Avenida Paulista, em 1891; Teodoro Sampaio, engenheiro que trabalhou na comissão de saneamento e nos projetos de canalização dos rios Tietê e Tamanduateí em São Paulo, nos anos 90 do século XIX; Francisco

Prestes Maia, que elaborou o extraordinário Plano de Avenidas de irradiação “circular” para a cidade de São Paulo e Campinas, nos anos de 1930; Aarão Reis que elaborou o plano de criação de Belo Horizonte, em 1894; Francisco Pereira Passos, considerado o Haussmann tropical”, efetou em 1903 como prefeito a mais audaciosa reforma urbana no Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal; Saturnino de Brito que elaborou planos de saneamento para Santos, em 1904.” (PIRES, 2010)

Segundo Azevedo (2015) a política de planejamento urbano de Pereira Passos para a cidade do Rio de Janeiro foi emblemática, pois trouxe dois elementos novos; na primeira fase higienista na figura profissional do médico sanitário e na segunda fase os engenheiros e técnicos para buscar soluções de saneamento e circulação na cidade, além do padrão construtivo. No Rio de Janeiro a intervenção pública de remoção da população pobre do centro, levou ao surgimento das favelas, da chamada “cidade informal”, que foram as ocupações de áreas de risco.

As características das cidades não foram levadas em consideração em seus planejamentos urbanos por seus idealizadores cuja inspiração era o modelo higienista francês como se refere Faria e Schvarsberg:

“A houssmannização como alguns denominaram a transposição acrítica de um ideário aplicada em contextos distintos foi quase uma panacéia – receita aviada para a cura de todos os males urbanos: sejam cidades litorâneas, interioranas ou no planalto, cidades de topografia plana ou acidentada, com traçado urbanístico em malha ortogonal, radioconcêntrica ou orgânica.” (FARIA; SCHVARSBERG, 2011, p. 18)

O modelo higienista francês criado pelo Barão Georges-Eugène Haussmann por ter sido inspiração no Brasil para o planejamento urbano das cidades recebeu o nome de “houssmannização” para se referir a adaptação do ideário francês a realidade brasileira.

A aplicação do projeto francês no Brasil, segundo os autores citados acima, resultou numa prática simplista com a abertura de avenidas mais largas e extensas, convergindo para uma praça. Modelo muito criticado

por seu caráter segregador e excludente, que marcam o urbanismo e o planejamento no Brasil até hoje.

O modelo higienista francês foi difundido em muitas cidades brasileiras para Faria e Schvarsberg (2011), é destaque no Brasil da primeira metade do século XX o tecnicismo e a cientificação dos diagnósticos e propostas de intervenção urbana. Entre os engenheiros urbanistas adeptos a esta ideia estão: Teodoro Sampaio (BA, SP), João Moreira Maciel (RS), Saturnino de Brito, entre outros. Alguns com intervenções pontuais de infraestrutura, outros engenheiros com uma visão mais avançada de conjunto de cidade. As cidades “projetadas” ou “planejadas” como Belo Horizonte (final do sec. XIX), Londrina (ano de 1920), Brasília (anos 1950), dentre outras, também se destacaram no planejamento urbano no Brasil.

Um marco histórico no Brasil foi de extrema importância como cita o Ministério das Cidades, a Revolução de 1930 trouxe mudanças econômicas e sociais para o país, surgindo a necessidade de reprodução do capital imobiliário nas cidades, que agora passa a ser visto como força de produção.

Nessa cidade agora industrial segundo os autores, na “Era Vargas” na década de 1930, surge a concepção de planejamento urbano, que em 1940 chega ao nível municipal e vai sendo incorporada a administração pública e muito vinculada ao “Plano”, abrangendo diversos setores da vida urbana, tendo até uma escala regional, movimento este de influência norte-americana e anglo-saxônica. Com a criação do SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, e sua regulamentação em 1966, a liberação de recursos para a implementação dos planos ficou condicionada a instalação de órgão técnicos de planejamento nas prefeituras, ao mesmo tempo em que houve a possibilidade de contratação de empresas de consultoria para elaboração dos planos, práticas estas vigentes até hoje. A visão

tecnocrática está associada ao período militar com uma grande safra de Planos Diretores de Desenvolvimento entre 1965 a 1971, equivalente à quantidade de Planos Diretores pós Estatuto das Cidades de 2001.

Em 1988, com a Constituição Federal, surge o Estatuto das Cidades, e com ele diversos avanços para o planejamento urbano no Brasil, inclusive no que se refere às políticas públicas que Faria e Schvarsberg (2011) também destacam no planejamento brasileiro a temática do zoneamento, sua legislação e normas para sua aplicação que depois do Estatuto das Cidades com a criação das ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social, passam a ser articuladas a outras políticas de governo como na área habitacional.

O planejamento urbano no Brasil está longe de ser um tema de consenso. Segundo os autores desde a década de 1980 com a transição democrática (saída do regime militar), vive-se um processo de desconstrução e crítica ao planejamento tecnocrático que ainda vigora até os dias atuais.

Com utilização de modelos importados, o Brasil ainda tenta encontrar um planejamento urbano que atenda à sua diversidade física e cultural e que seja capaz de atender às demandas urbanas das suas cidades, tentativa esta que já se demonstrou desastrosa, pois um único modelo para um país tão diverso como o Brasil jamais atenderá as suas demandas urbanas.

3.3 PLANEJAMENTO DE BELO HORIZONTE

Segundo Aguiar (2012), até 1890, Belo Horizonte era conhecida como Cural Del Rei, mas em 1895 foi finalizado o plano de construção da nova capital de Minas, a atual Belo Horizonte, projeto idealizado pelo engenheiro civil Aarão Reis e a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), pensada como uma cidade racional e totalmente planejada e criada para levar

Minas à ascensão política, econômica e social, no novo cenário organizacional da República nascente.

No entanto, de acordo com Penna (1997), em sua dissertação, o início dessa construção da nova capital foi danosa e seus resultados desastrosos: A destruição do antigo arraial e a brutal e problemática retirada da população local e sua consequente substituição por populações vindas de Ouro Preto e outras regiões mineiras, de outros estados brasileiros e também imigrantes Europeus desenharam um planejamento excludente e indiferente às populações locais antigas. Nesse contexto, Belo Horizonte, como explica Aarão Reis, foi quem utilizou com maior clareza e êxito os princípios hausmannianos franceses, acrescidos de elementos barrocos.

Conforme Costa e Arguelhes (2008), o momento histórico da França do século XIX exercia um grande fascínio no que diz respeito à modernização e urbanização a muitos políticos e influentes brasileiros. No final do século XIX, no Brasil, surge o Partido Republicano, que se espelhava nos movimentos sociais franceses de destituição da centralização do poder e ideais de participação popular nas decisões políticas. Nesse momento histórico há a queda da monarquia e a instauração da República no Brasil, os republicanos agora instaurados herdaram também alguns problemas e desafios oriundos do imperialismo como o grande crescimento populacional, que gerava problemas na habitação, criminalidade, problemas econômicos, aumentos no custo de vida, e as imigrações que acabavam por criar muita mão-de-obra e conseguinte guerra pelos poucos empregos existentes. Dos problemas acumulados pós-transição monarquia-república, um dos maiores eram os de ordem sanitária, sistemas de esgotamento praticamente inexistentes e cidades insalubres em quase todo o país que geravam epidemias na maior parte do ano, inclusive na capital da república, tanto que algumas elites, viajavam para outras cidades a fim de sobreviverem e conservarem-se saudáveis.

Ainda conforme Costa e Arguelhes (2008), em meio à preocupante realidade, encontrava-se Ouro Preto, capital de Minas Gerais, também com seus problemas sociais, administrativos e sanitários. Em virtude de Ouro Preto padecer do fim do ciclo da mineração do ouro; estar situada numa região montanhosa que não possibilitava a expansão dos equipamentos urbanos; ser uma área imprópria para o cultivo cafeeiro, que naquele momento era a nova economia dominante no Brasil; as elites das regiões mais dinâmicas economicamente clamavam por uma solução, aspirando à construção de uma nova capital do Estado de Minas Gerais em uma localização mais central no território para promover a reorganização, integração e administração de sua economia. Nessa ótica, como em Paris, que Haussmann, criou espaços, dividiu, separou, determinou lugares e disposições a seus habitantes, num intento de “reconquistar o centro” do seu congestionamento monárquico, os republicanos brasileiros espelharam o planejamento urbano da nova capital mineira, de forma a abandonar a Ouro Preto claustrofóbica do imperialismo defunto, por uma nova cidade planejada, ordenada, perseguindo o “ideal de progresso” do novo sistema governamental ascendente, a República.

Segundo os autores supracitados, as ações do Barão Haussmann em Paris influenciaram grandemente o planejamento da nova capital no que diz respeito à estética e à preocupação com a saúde da população, e fizeram com que Aarão Reis considerasse o saneamento público e a disposição espacial da cidade para que houvesse a circulação de ar. A área urbana da nova capital foi destinada aos funcionários públicos vindos de Ouro Preto e a instalação dos novos aparelhos públicos. Inicialmente a cidade foi projetada para uma população de 200.000 habitantes e que deveria ser ocupada do centro para a periferia, podendo assim a infraestrutura gradualmente acompanhar seu crescimento, mantendo a boa relação de ocupação x salubridade. Houve também

um planejamento para a área suburbana da cidade para criação de quintas (propriedades rurais com moradias) e casas de campo, mas com menor infraestrutura e bem menos exigente; percebe-se a partir daí diferentes benefícios para diferentes classes sociais. Após a zona suburbana, havia as zonas rurais, para as pequenas lavouras e que seriam também as zonas abastecedoras da nova capital. Na nova capital seus loteamentos eram destinados ao funcionalismo público, sendo as maiores para os de maior escalão e as menores para funcionários com menor qualificação, já os espaços destinados ao loteamento para a construção de casas higiênicas e com aluguéis mais baratos para a classe operária não foram executados e foram deixados para o uso do Estado.

Percebe-se no planejamento da nova capital, hoje Belo Horizonte, a ruptura com o padrão colonial da época da monarquia e, com clareza, a busca do ideal progressista no novo sistema de governo nacional, o republicanismo, mas também pode-se vislumbrar a influência positivista francesa, buscando higiene e estética e demonstrando sua superioridade técnica em relação aos problemas físicos do espaço geográfico onde seria a nova capital.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O modelo higienista francês foi adotado por muitas cidades brasileiras, segundo Costa e Arguelhes (2008), isto se deveu ao momento político brasileiro, já que o Brasil era o único país no final do século XIX que ainda estava sob o regime de uma monarquia, já a França era o ideal do pensamento republicano, pois havia derrubado sua monarquia e proposto um governo com participação popular e descentralização do poder. Com a queda da monarquia e a instituição da república em 1889 o Brasil ansiava por um país mais moderno e “civilizado”, tendo como modelo as cidades europeias e americanas, pondo fim assim ao

estigma antigo da monarquia relacionado a ideários condenados pelo novo pensamento republicano como, por exemplo, a escravidão.

Segundo os autores citados, as cidades da nova república haviam herdado muitos problemas oriundos do sistema monárquico, como o aumento populacional em consequência a marginalidade, falta de habitação, dentre outros. Problemas de ordem sanitária, como o sistema de esgotamento e abastecimento de água eram de extrema preocupação no Brasil, já que muitas cidades enfrentavam epidemias inclusive Ouro Preto, a então capital de Minas Gerais.

Para Costa e Arguelhes (2008), Ouro Preto vivia uma crise devido à estagnação da mineração, sua principal atividade econômica. No final do século XIX havia uma preocupação das camadas dominantes no Brasil com as classes operárias, motivando governos a fazerem reformas urbanas e adotarem políticas de controle destas classes.

Ainda segundo os autores, Ouro Preto não estava de acordo com os ideários urbanísticos inviabilizados não só por aspectos econômicos e sociais, mas também pela característica física da cidade, como sua morfologia extremamente inclinada. Nesse contexto cresce a ideia da construção de uma nova capital mineira com localização mais centralizada dentro do estado de Minas Gerais e mais propensa às intervenções urbanísticas.

Para entender como a França se tornou modelo de urbanismo é necessário compreender o contexto do país em meados do século XIX. De acordo com Sandra Pesavento (1999), citado por Costa e Arguelhes (2008), Paris vivia uma situação muito parecida com a do Brasil no final do século XIX, com cenário de contrastes urbanos que pareciam uma verdadeira Torre de Babel, com aglomerados de prédios, tumultos e muito barulho, numa verdadeira barbárie e selvageria. A cidade estava sob um amontoado de sujeira, contrastando com o luxo de

Paris. O crescimento populacional de Paris necessitava ser atacado e para tal, se exigia desobstruções, abertura de ruas e a criação de esgotamento sanitário, princípios da higiene e estética.

Ainda de acordo com os autores citados, entre 1853 e 1870 o Barão Georges-Eugène Haussmann foi prefeito de Paris e realizou inúmeras intervenções, pautadas em abertura de vias e expansão urbana. A preocupação dos reformistas era a reconquista do centro que está associada à ideia de circulação; sendo assim, a abertura de vias e *boulevards* se justificava pela preocupação com a segurança pública, facilitando a circulação das tropas e evitando assim manifestações populares.

Para Costa e Arguelhes:

“Nos casos brasileiro e francês, percebe-se a intenção da elite, do grupo dominante, em construir ou remodelar, respectivamente, o espaço urbano a fim de determinar a vida de seus habitantes, furtando-lhes a possibilidade de dissimulação, de manter segredos, de subtrair-se aos olhos dos outros. A lógica racional e simétrica de uma cidade planejada manifesta tudo de modo muito objetivo, quer mostrar sua real intenção de ordenar, dividir, separar, agregar, estabelecer lugares e disposições aos seus habitantes, toda e qualquer possibilidade de escolha e de autodeterminação, e dar lugar a uma cidade dominadora e autoritária.” (COSTA E ARGUELHES, 2008, P. 116)

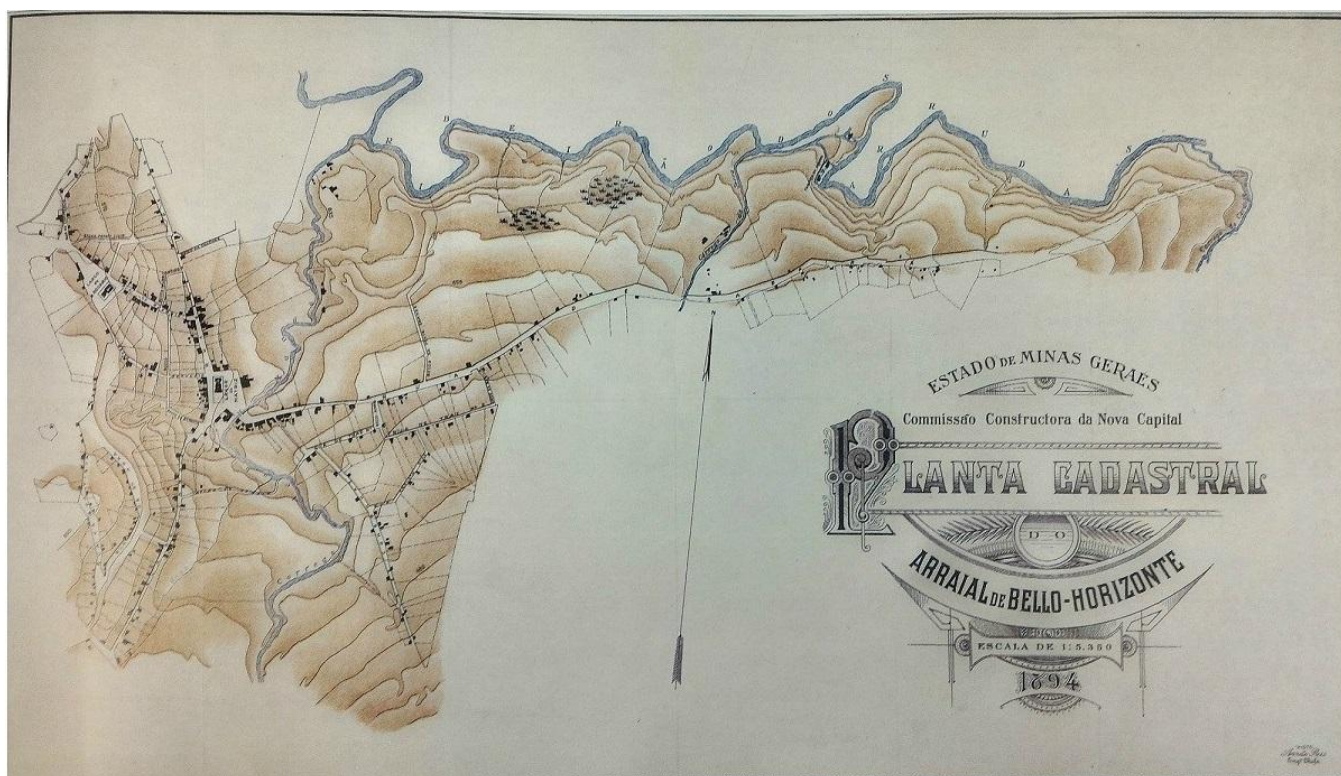
Segundo os autores, foi o modelo haussmaniano e parisiense que serviu de base ao ideário para a construção da nova capital Belo Horizonte, já que este era a principal influência da equipe técnica construtora liderada pelo engenheiro Aarão Reis. A preocupação principal estava relacionada à estética e à saúde da futura população da nova capital. Para tal, levou-se em consideração o saneamento e a disponibilidade espacial, pensamento baseado na “higiene, elegância e embelezamento”.

Sobre a remoção dos antigos moradores do arraial chamado “Curral Del Rei” (Figura 1 e Figura 2, respectivamente a localização do antigo arraial e uma

sobreposição espacial do mesmo sobre a planta da construção da nova capital), Dias (1987), citado por Costa e Arguelhes (2008), diz que a desapropriação foi feita sem grande resistência por parte da

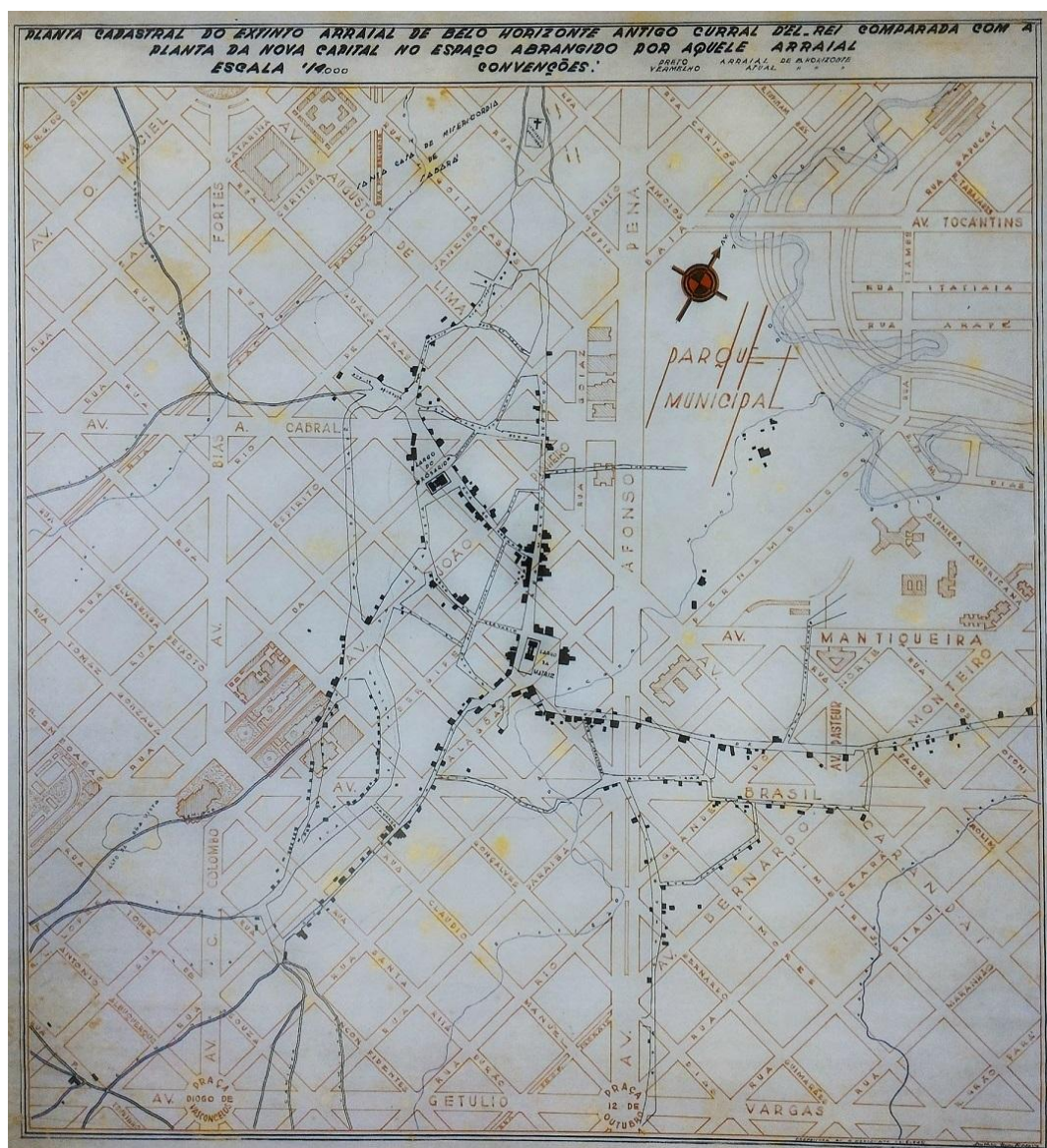
população, numa relação de compra e venda feita pelo Estado, mas não nega que a negociação poderia ter sido mais proveitosa para os moradores.

Figura 1 - Planta Cadastral do Arraial de Belo Horizonte



Fonte - ARQUIVO PÚBLICO DE BELO HORIZONTE, 2015.

Figura 2 - Planta da nova Capital



Fonte - ARQUIVO PÚBLICO DE BELO HORIZONTE, 2015.

Assim, a cidade foi planejada sob uma ótica positivista, racionalista, exaltando a técnica. A nova capital teria um formato de tabuleiro de xadrez, segundo Salgueiro (1970), citado por Costa e Arguelhes (2008), o formato quadriculado facilitaria os novos loteamentos e a circulação. A infraestrutura foi minuciosamente detalhada. A capital foi projetada para uma população inicial de 200 mil habitantes entre os quais estavam o governo e os funcionários públicos vindos de Ouro Preto. Para Aarão Reis as demandas relacionadas à salubridade aconteceriam à medida

que a nova capital fosse expandindo do centro para as periferias o que não ocorreu, prejudicando a implantação destas infraestruturas. Fazendo ainda crítica ao planejamento idealizado e implantado, fazia parte do projeto de Belo Horizonte a construção de casas dentro de padrões higiênicos com cobrança de aluguéis baratos para os operários, porém tais determinações não foram cumpridas.

Para Salgueiro (1970), citado por Costa e Arguelhes (2008), a construção da nova capital atraiu um grande contingente populacional de operários que tinham

demanda de habitação e infraestrutura, além dos antigos moradores do arraial que foram desapropriados, emergindo assim uma demanda de moradias. Os operários ocuparam as áreas suburbanas para além dos limites da Avenida do Contorno, as áreas rurais até então destinadas ao abastecimento de alimentos da capital e até mesmo a área urbana no entorno das obras, devido à falta de transporte para a locomoção dos operários. A população de classe média conseguiu se estabelecer na área urbana, pois mesmo antes da inauguração da cidade a especulação imobiliária já acontecia.

De acordo com Costa e Arguelhes (2008) o planejamento considerou que os operários seriam mão de obra “flutuante”, ou seja, que eles não permaneceriam na nova capital juntamente com suas famílias. A negação dessa população deu ao plano da cidade um caráter elitista, segregacionista e utópico, resultando na invasão de terrenos nas áreas urbanas por esta população e a proliferação de cafuas em várias partes da cidade.

Na época de construção da Nova Capital das Minas Gerais, foi desenvolvida uma planta dos Terrenos Demarcados para a Fundação da Cidade de Minas, nesta planta (Figura 3), delimitavam-se os terrenos a serem utilizados para a construção e o contorno inicial dos trabalhos de infraestrutura da nova cidade, ou até

onde eles iriam, e após esse limite espacial, planejava-se trabalhar com a rígida ideia da relação entre crescimento x salubridade, sendo a ideia higienista um dos pontos principais do planejamento urbano Hausmanniano, adotado como modelo para a nova capital.

Um dos pontos a ser tratado é que à época já existiam vários povoados nas proximidades do entorno da Avenida do Contorno, conforme mostra a Figura 4. Sendo assim, é muito importante diferenciar esses povoados do termo favela, já existente no início do século XX. O processo de formação de favelas em Belo Horizonte, principalmente as mais antigas existe desde os tempos da construção da nova capital, embora, inicialmente e naqueles tempos sua gênese e dinâmica, eram diferentes das atuais favelas contemporâneas em nossas metrópoles.

Segundo Watanabe e Braga (1961), as obras de construção da nova capital das Minas Gerais atraíram um bom número de operários, imigrantes e aventureiros, geralmente sem profissão definida. Um dos exemplos dessas concentrações de habitantes se dava em duas zonas, o córrego do leitão (atual Barro Preto) e o Alto da Estação (hoje Santa Teresa e fora dos limites do projeto urbano inicial), onde viviam aproximadamente cerca de 10.000 pessoas, sendo também território de disputas e crimes.

Figura 3 - Terrenos Demarcados



Fonte - ARQUIVO PÚBLICO DE BELO HORIZONTE, 2015.

Figura 4 - Mapa de Belo Horizonte, 1922



Fonte - ARQUIVO PÚBLICO DE BELÓ HORIZONTE, 2015.

De acordo com os autores citados, as aglomerações eram mais como cidades livres do que precisamente favelas, termo este que começou a ser utilizado no Brasil, logo após a Guerra de Canudos em fins do século XIX. Nessa época as pessoas que voltaram para o Rio de Janeiro com o fim do conflito, sem condições financeiras, se instalaram no Morro da Providência em barracos provisórios e o local passou a ser chamado de Morro da Favela, em homenagem ao “Morro da Favela” original que existia em Canudos. A partir da década de 1920, praticamente todos os locais com habitações em barracos que surgiam em morros do Rio de Janeiro eram chamados de favelas ou também de “bairros africanos”, devido aos assentamentos de ex-escravos.

Sendo diferentes das favelas, aquelas povoações eram mais acertadamente conceituadas como cidades-livres, pois eram mais parecidas com agregados residenciais nos quais a falta de infraestrutura e ordenamento habitacional se refletiam em desorganização morfológica, ou seja, um fenômeno basicamente residencial, do que com os aspectos morfológicos desordenados e precários e formadores da favela, que é uma consequência de um complexo dinamismo social e econômico desfavorável. Segundo Noronha (1999), o modelo progressista acreditou que através da ciência seria possível conceber um modelo espacial de organização do espaço urbano capaz de se adequar a qualquer situação sociocultural.

O modelo higienista baseado em Haussmann que inspirou o planejamento inicial de Belo Horizonte, demonstrou já nos primeiros momentos da construção da capital ser inadequado às demandas oriundas da população, dado os problemas criados pela exclusão da população de baixa renda no acesso à infraestrutura da nova capital. Mas parece que não se trata de um problema do modelo em si, mas sim da maneira como o mesmo foi aplicado, resquícios disto

são sentidos até os tempos atuais na discussão contemporânea do “direito à cidade”.

Nas Figuras 1 e 2, pode-se observar como estavam dispostas as ruas e construções do Curral Del Rei, ficando clara a desapropriação da antiga população para a construção da nova capital Belo Horizonte, população esta que não foi contemplada pelo planejamento urbano da nova capital. Na Figura 2, a sobreposição da carta cadastral e do projeto para a nova capital mostram o posicionamento do antigo Curral Del Rei dentro do planejamento urbanístico de Aarão Reis e sua equipe. A Figura 4 demonstra a disposição de “cidades livres” ou povoados que existiam na época da construção da nova capital, inclusive com povoações como as de Piteiras, Pastinho, Palmital dentre outras, muito próximas a área planejada da nova cidade. Esses povoados já estabelecidos deveriam ter sido agregados ao planejamento definido para a construção, visando sua integração e de certa forma vislumbrando futuros problemas originários de uma urbanização sem o mesmo tipo de planejamento. A não inclusão desses povoados resultou, anos mais tarde, em problemas de ordem higienista como esgotamento sanitário, abastecimento de água, infraestruturas urbanas diversas, justamente problemas que deveriam ser evitados conforme os princípios higienistas do modelo Hausmanniano, utilizado como inspiração na construção da nova cidade.

Pode-se perceber, a partir do que foi exposto e dos mapas analisados, que o modelo aplicado para o planejamento urbano foi extremamente segregador, já que não incluíram nas infraestruturas urbanas como moradia e saneamento para as populações já existentes no território da nova capital mineira.

Os limites da avenida do Contorno, como muralhas da exclusão social dividiram Belo Horizonte em duas cidades, uma, construída dentro de padrões urbanísticos provido de toda uma infraestrutura, tida

como moderna para o começo do século XX, feita para os funcionários públicos vindos da antiga capital mineira Ouro Preto e das classes de maior poder aquisitivo com condições de pagar pela terra urbana os altos valores da especulação imobiliária; outra, formada para além dos limites da avenida do Contorno, pela população mais pobre (trabalhadores da construção civil e seus familiares), além dos antigos moradores do Curral Del Rei e imigrantes de todas as partes do estado à procura de novas oportunidades.

Sobre essa população mais pobre, Veiga (1994) chama a atenção para o fato de que as formas de assentamento material e cultural das classes mais pobres e trabalhadoras não foram exclusivas de Belo Horizonte, mas sim um reflexo de como estas camadas eram tratadas a partir do século XVII em todo o mundo ocidental.

Veiga (1994) chama a atenção para a estigmatização das classes menos favorecidas, que iam se transformando em problema, vistas apenas como mão-de-obra disponível e ociosa. Assim, as cidades serviam para fixar diferenças sociais já existentes; elas representariam a materialidade das relações sociais construídas e reconstruídas pela humanidade. Os confrontos se expressam no perfil de seus habitantes, na maneira como são tratados e nos distintos processos de formação dos sujeitos sociais.

Ainda de acordo com o autor, a criação de cidades, como Belo Horizonte, e as reformas urbanas do mesmo período, tanto no Brasil quanto em outras cidades do mundo ocidental, propiciam experiências de confronto e expõem as contradições já citadas de como os diferentes grupos de indivíduos se inserem e são inseridos na constituição da sociedade. Existiria toda uma racionalidade presente no ato de traçar ruas, avenidas e ordenar vias de comércio, alocando a população de acordo com suas posses.

As marcas do planejamento urbano utilizado inicialmente em Belo Horizonte se materializam nos mapas produzidos no período, contidos neste estudo, que mostram as chamadas cidades livres, pequenos povoados sem infraestrutura urbana, espalhados de forma descontínua em todo território da nova capital, os quais não foram incluídos no planejamento urbano de Belo Horizonte, contribuindo para um crescimento urbano diferente do previsto nos estudos de Aarão Reis e sua equipe, que previa um crescimento de dentro para fora, de maneira a oferecer infraestrutura à medida que este acontecia, fato que não ocorreu, pois as cidades livres cresceram junto com a população da capital num sentido de fora para dentro, dificultando as intervenções urbanísticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender se os problemas gerados pelo planejamento urbano inicial de Belo Horizonte podiam ser atribuídos à proposta de planejamento baseada no modelo higienista francês.

Por tudo apresentado, considera-se que o modelo higienista, carregado de um discurso modernista de embelezamento com intervenções de curto prazo e alcance limitado, não contribuiu negativamente na construção de uma capital no âmbito social. Ao menos, não se pode afirmar categoricamente que houve tal contribuição.

A cidade foi concebida numa ótica de aburguesamento do centro urbano e periferização do proletariado, não atendendo às demandas de grande parte de sua população pela infraestrutura urbana percebida na configuração do espaço geográfico de Belo Horizonte. Junte-se a isso o fato de que a não construção de casas dentro de padrões higiênicos com cobrança de aluguéis baratos para os operários evidencia que o problema não está no modelo francês

em si, mas na maneira como o mesmo foi aplicado para a realidade das cidades brasileiras, em especial, para a cidade de Belo Horizonte.

Faltam, portanto, elementos para atribuir a culpa exclusivamente ao modelo analisado; além disto, o próprio planejamento urbano no Brasil está longe de ser um tema de consenso.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, T. G. R.. **Conhecer o arraial de Belo Horizonte para projetar a cidade de Minas: a Planta Topográfica e Cadastral da área destinada à Cidade de Minas** e o trabalho da Comissão Construtora da Nova Capital. In: XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG), Mariana – MG, 24 a 27 de julho de 2012.
- ARQUIVO PÚBLICO DE BELO HORIZONTE. Hindenburgo Francisco. **Banco de Dados do APCBH**. Disponível em <www.acervoarquivopublico.pbh.gov.br>. Acesso em 14 de Dez. de 2015.
- AZEVEDO, A. N. **A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração conservadora**. Tempos Históricos, vol. 19. Unioeste, 2015.
- COSTA, A. C. S.; ARGUELHES, D. O. A Higienização Social através do Planejamento Urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. **Univ. Hum.**, Brasília, v.5, n.1/2, p. 109-137, jan./dez. 2008.
- CRUZ, D. A. M.O. As Faces do Planejamento Urbano. **Revista Pegada**, São Paulo, vol.12 n.2, p.81-94, 2011.
- FARIA, R.; SCHVARSBERG, B. Organizadores. **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília:UnB. 1º ed., 2011.
- MCLOUGHLIN, J. B. **Urban & regional planning: a systems approach**. London: Faber and Faber, 1969.
- MONTE-MÓR, R. L. **As Teorias Urbanas e o Planejamento Urbano no Brasil**. In C. C. Diniz & M. A. Crocco (Eds.), *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes* (pp. 61-85). Belo Horizonte: UFMG. 2006.
- NORONHA, C. A. **A área central de Belo Horizonte: arqueologia do edifício vertical a o espaço urbano construído**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- PENNA, A. D. **O Espaço infiel: quando o giro da economia capitalista impõe-se à cidade**. 1997. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1997.
- PESAVENTO, S. J.. **O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- PIRES, H.F. **Planejamento e Intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro: a utopia do plano estratégico e sua inspiração catalã**. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografia e Ciências Sociais, Universidade de Barcelona, Vol. XV, nº 895 (13), 2010. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-895/b3w-895-13.htm>>. Acesso em 14 de Dez. de 2015.
- SABOYA, R. **O Surgimento do Planejamento Urbano**. Urbanidades, 2008, disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2008/03/o-surgimento-do-planejamento-urbano/>>. Acesso em: 18 jun. 2015.
- SABOYA, R. **Ebenezer Howard e a Cidade-Jardim**, Urbanidades, 2008, disponível em <<http://urbanidades.arq.br/2008/10/ebenezer-howard-e-a-cidade-jardim/>>. Acesso em: 14 dez. 2015.
- VEIGA, C. G. **Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. 499 f. 1994. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, 1994.
- VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP, p. 169-243, 1999.
- VILLELA, D. S. **A Sustentabilidade na Formação Atual do Arquiteto e Urbanista**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

WATANABE, H.; BRAGA, W. S. **Morro do Querosene – Alguns Aspectos da formação de uma favela.** Diretorio Acadêmico da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1961.